

## A NOÇÃO DE MONARQUIA MILITAR E O GOVERNO SEVERIANO

Ana Teresa Marques Gonçalves\*

### *Abstract*

*This article studies the traditional notion of Military Monarchy what marked the Severans Emperors studies. This text presents some new interpretations about the governments of Severan Dynasty.*

O surgimento de mais uma dinastia de Imperadores, após outra crise sucessória, aberta com o assassinato de Cômodo, o último dos Imperadores Antoninos, mandado executar pelo prefeito do Pretório em 192 d.C., e posteriormente agravada com a eliminação de Pertinax, também pelos pretorianos, levou a uma redistribuição das forças sociopolíticas no interior do Império Romano.

O primeiro dos Severos, Septímio, teve que disputar o poder sucessivamente com Dídio Juliano, Pescênio Nígro e, posteriormente, com Clódio Albino, para se tornar o mandatário único do Império. Foi uma época, portanto, marcada por longas guerras civis, que se estenderam de 193 a 197 d.C., nas quais Septímio usou repetidamente sua força militar e o apoio dos legionários para se manter no poder. Ao morrer de doença em 211 d.C., passou o poder a seus dois filhos: Geta e Caracala. Rapidamente, a rivalidade dos dois imperadores se tornou manifesta. Caracala ordenou a eliminação de Geta pelos seus centuriões, em dezembro de 211 d.C., e buscou o apoio imediato dos pretorianos. Também enfrentou problemas nas fronteiras, como seu pai, e acabou sendo assassinado por comandados de seu prefeito do Pretório,

---

\* Professora de História Antiga e Medieval da UFG. Mestre em História Social pela USP. Doutora em História Econômica pela USP. E-mail: anteresa@terra.com.br

Macrino, em 217 d.C. Trata-se, indubitavelmente, de um momento histórico marcado por vários conflitos bélicos, dentro e fora dos limites imperiais.

Talvez por isso Septímio Severo e seu filho Caracala tenham passado para a História como homens que basearam seu poder somente na força dos exércitos. Força esta conseguida mediante o aumento dos soldos e da distribuição de donativos aos pretorianos e legionários. Esta imagem, que ainda perdura em muitos trabalhos, tem sua origem numa famosa passagem de Dion Cássio. Este autor afirmou que as últimas palavras de Septímio Severo aos filhos e herdeiros antes de morrer teriam sido: “Permaneçam unidos, enriqueçam os soldados e não se preocupem com os demais” (Dion Cássio, LXXVII, 17, 4).

Outras frases aparecem em outras obras como as últimas palavras proferidas por Septímio. Por exemplo, tanto na obra de Aurélio Victor quanto na História Augusta, a última frase de Septímio teria sido: “Eu fui tudo, e isto de nada me serviu” (HA, Vida de Severo, XVIII e Aurélio Victor, XX). Na História Augusta também aparece outra frase possível de ter sido dita por Severo: “Ocupei-me de uma pátria agitada e turbulenta e a deixo pacificada, até mesmo a Bretanha, deixando para meus filhos Antoninos, eu que estou enfermo dos pés e velho, um Império vigoroso, se é que são bons, mas temo que sua má conduta desfaça minha obra” (HA, Vida de Severo, XXIII).

Apesar da existência destas outras possibilidades, a frase destacada por Dion Cássio tem sido a base da análise de vários historiadores a respeito dos primeiros governantes severianos. Vejamos alguns deles e a forma como analisaram estes primeiros anos de formação da nova dinastia, iniciada com o assassinato de Pertinax.

Segundo Francesco De Martino:

*“Septímio Severo, o fundador da dinastia mediante uma usurpação militar, se afastou decisivamente dos princípios do governo iluminado dos Antoninos e desde o início fez a barbarização do Estado romano, apoiando-se no elemento militar constituído a partir da massa rude da província. (...) A ascensão dos Severos implica uma luta decisiva contra a velha classe dirigente, um maior favor em direção às classes inferiores, das quais era extraído o elemento militar, a progressiva militarização dessas classes e definitivamente o nascimento de uma monarquia militar fundada sobre o elemento popular” (De Martino, 1974:393-394).*

Mais adiante nesta mesma obra, *Storia della Costituzione Romana*, Francesco De Martino, aprofunda esta concepção, afirmando que durante a dinastia severiana o regime imperial se transformou numa monarquia absoluta fundada sobre a força do exército (De Martino, 1974:402).

A noção de monarquia militar aparece na maioria absoluta das obras que trabalham ou se referem ao período severiano. Nelas, o principal argumento utilizado é que ao se aproximar das legiões, os Severos teriam se afastado da forma de governo adotada pelos Antoninos e teriam apenas se preocupado com o apoio dos soldados, conseguido mediante as benesses distribuídas e os soldos aumentados, descuidando de conseguir apoio também de outras formas, junto a outros estratos sociais.

Um bom representante desta corrente é Roger Rémondon, em cuja obra, *La Crisis del Imperio Romano de Marco Aurelio a Anastasio*, fica bastante claro que é exatamente o afastamento dos princípios iluminados dos Antoninos que teria levado o Império a mergulhar numa longa “decaência” a partir dos Severos (Rémondon, 1967:178-181)

*“A Monarquia Militar: Este aspecto do regime dos Severos se explica pelo papel que o exército desempenhou na crise e no advento da dinastia. O caráter militar do poder do Imperador se consolidou: colocado no poder pelo exército da Ilíria, no qual Pertinax, que havia combatido nos limites do Danúbio, seguia sendo popular, Severo tomou seu nome (...). Os Severos se apoiaram no exército, mas num exército não italiano”* (Rémondon, 1967:9).

Outro exemplo desta concepção encontra-se na obra de F.W. Walbank, que observa que após o “verão dos Antoninos” inicia-se uma “usurpação militar do poder” que levou à “queda de Roma” (Walbank, 1981:50-54). Assim, foi exatamente esta militarização do governo que foi identificada como uma das principais causas da “decaência” do Império, iniciada com a dinastia severiana.

Num livro editado em italiano em 1957 e publicado em português em 2002, Indro Montanelli mantém viva esta concepção militarista, afirmando que Septímio mandou matar os seus opositores e transformou definitivamente o Principado numa monarquia hereditária de modelo militar. Segundo este autor, esta militarização foi implementada devido à necessidade de uma mão de ferro para opor uma barreira à catástrofe que se organizava, e Septímio a teria implantado com o apoio exclusivo do exército (Montanelli, 2002:272-273).

Já para o historiador Mikail Rostovtzeff:

*“O governo de Septímio Severo e de seus sucessores imediatos foi simultaneamente o último estágio da evolução iniciada pelos Antoninos e o primeiro da nova evolução, que depois das terríveis experiências da segunda metade do século III, terminou com uma transformação absoluta do Império Romano conforme o modelo oriental (...). Septímio Severo foi um usurpador militar que recebeu o poder das mãos dos soldados, e o conservou porque os soldados quiseram sustentá-lo. Impôs-se ao Senado pela força; o reconhecimento e a legitimação de seu poder foram votados pelo Senado sob a pressão da força armada (...). Tendo contra si o Senado e uma parte muito importante da aristocracia provincial, Septímio se viu obrigado a outorgar incessantes concessões ao exército (...), transformado, pelo menos em parte, em um corpo de camponeses sedentários” ( Rostovtzeff, 1937:253-254 ).*

Estas concessões feitas ao exército foram, para os expoentes desta historiografia, a marca visível do poder do exército no período severiano e a certeza de que os Imperadores só precisavam das legiões para se manterem no governo.

Paul Petit, por sua vez, também viu no fato de o governo de Septímio ter se iniciado após um longo tempo de guerra civil o motivo pelo qual ele buscou apoiar o seu poder no exército. Comenta que foram “as condições de sua chegada ao poder que impuseram a Septímio Severo a necessidade de se apoiar no exército contra seus competidores presentes e para assegurar para o futuro a duração de uma dinastia nova” (Petit, 1974:56). Deste modo, preferiu-se “a formação de uma monarquia militar e absoluta ao principado de um filósofo” (Petit, 1974:39). Exatamente esta mesma visão é oferecida por Donald Dudley, na obra *Roman Society*, usando, para expressar este cenário, os conceitos de Autocracia Militar e de Estado Totalitário, e buscando, por intermédio destas noções, explicar a ascendência do elemento militar sobre todos os demais, como uma garantia de permanência no poder para os primeiros Severos (Dudley, 1991:263-266).

Outra posição interessante é a de Guido Clemente, em seu livro *Guida alla Storia Romana*. Nele, o autor defende que o período pode ser denominado de uma monarquia militar porque Septímio Severo era um imperador

militar, isto é, dedicou-se a inúmeras operações bélicas, dentro e fora dos limites imperiais. Além disso, Clemente consegue identificar a preocupação de Septímio com a construção de uma boa imagem para o exército, que ele chama de “propaganda para tornar o Imperador popular no exército”, mas só consegue perceber esta imagem de bom general, e nenhuma outra (Clemente, 1990:267-271).

Indubitavelmente, o elemento militar parece ser uma chave importante para a compreensão do período severiano, tanto para perceber as forças sociais que apoiaram os governantes quanto para entender as que se opuseram a eles. Para estes autores, parece que os Severos não se preocuparam em cooptar os elementos senatoriais e equestres, nem buscaram agradar a plebe ou os provinciais, nem muito menos construir uma imagética e um culto imperiais, pois a dedicação dos elementos militares parecia lhes bastar. Para Jean Gagé, por exemplo:

*“A militarização do Império romano começa com a dinastia dos Severos (...), pois a partir deste momento se rompeu o acordo entre o poder imperial e a aristocracia imperial (...). Mesmo quando o imperador não é de início um chefe militar, ele tem seu poder baseado no exército”.* (Gagé, 1964:250-251).

Maurice Bésnier, além de compartilhar esta opinião, ainda acrescenta:

*“O que caracteriza o governo de Septímio Severo e dos outros imperadores africanos e sírios e o que o distingue essencialmente daquele dos Antoninos, é que ele dá ao exército dentro do Estado um lugar preponderante (...). Nem uma única vez o Senado tentou opor um candidato àquele do exército: é nos campos de batalha que se decidem os destinos do Império. Mas o exército durante quarenta e dois anos permanece fiel à mesma família, salvo o breve intervalo do reino de Macrino. Esta monarquia militar é uma monarquia hereditária”* (Bésnier, 1937:109).

Outro historiador que defende a concepção de que se estruturou, a partir do governo de Septímio Severo, uma monarquia militar, isto é, um governo baseado somente no apoio militar, usado para sustentar uma política anti-senatorial, foi Eugène Albertini que afirmou que foi com os Severos que o lugar do exército nas mudanças políticas tornou-se decisivo, ou seja,

Septímio iniciou a prática de usar as legiões contra os senadores (Albertini, 1938:243-260). Esta mesma concepção aparece no texto de André Alföldy, *La Grand Crise du Mond Romain au IIIe. Siècle*, no qual se afirma que o Senado “perdeu completamente a iniciativa política. Um bem-estar prolongado (durante a dinastia dos Antoninos) tinha efeminado os senadores” (Alföldy, 1938:9).

Já C. E. Van Sickle apresenta uma concepção bastante interessante sobre as fontes de legitimidade e sua transformação ao longo do Império. Segundo este autor, durante o Alto Império, houve uma inexorável evolução de um estado baseado em magistraturas para um indistinto despotismo, isto porque as bases de legitimação do soberano se modificaram. Para ele, havia três possibilidades de legitimação para o governante: o Senado, o exército e a religião. De Augusto até o período dos Antoninos, os imperadores teriam buscado o apoio dos senadores; dos Severos até Constantino, o apoio estaria no exército; e de Constantino em diante, a legitimação da autoridade teria vindo da religião (Van Sickle, 1939:153-160). O autor vê esta “evolução” de fontes legitimadoras, defendendo que apenas o apoio de só uma delas era capaz de manter o imperador no poder.

Mas estas concepções vêm de muitos anos antes, apresentando raízes profundas na historiografia que se formou sobre os primeiros Severos. Para C. Fourquet de Dorne, que escreveu sua obra em 1905, era fundamental e imprescindível manter o Império sob a força das armas, principalmente a partir dos primeiros Severos, porque havia a necessidade de manter a extensão imensa do Império, evitar revoltas dos povos conquistados e impedir incursões bárbaras. Ele não percebeu nenhuma outra forma de se lidar com os povos conquistados e com os territórios anexados (Fourquet de Dorne, 1970:1-165). Outros autores que compartilham esta concepção militarista, e de certa forma a fundaram, são Edward Gibbon, que identificou Septímio como o principal autor do declínio do Império, devido ao processo de militarização e barbarização que teria sido empreendido por este governante (Gibbon, 1989:102-103), e Maurice Platnauer, que, numa obra publicada em 1918, defendeu que Septímio fundou sua dinastia apoiando seu poder pessoal somente no exército, formando uma autocracia militar e destruindo totalmente a tradição dos Antoninos (Platnauer, 1918:196).

Também Adolph de Ceuleneer, em sua obra *Essai sur la Vie et le Règne de Septime Sévère*, de 1874, afirmou que:

*"Ele (Septímio Severo) sabia que o Império não tinha outro sustentáculo que as espadas dos soldados. Ele quis fazer de suas tropas as defensoras da dinastia, os guardiães da hereditariedade imperial. (...) Grave inseqüência de sua política: baseando todas as suas esperanças no poder militar, ele devia – e podia – ter tornado este poder o mais forte possível, mas ele preferiu fazer os soldados amarem as riquezas e levarem uma vida desregrada. Ele corrompeu o exército, distribuindo benesses jamais vistas; ele o corrompeu se mostrando muito afável ao seu olhar e cobrindo os legionários de privilégios. A corrupção, a insolência e a devassidão dos soldados foram as principais causas da queda do poder romano. Todo o segredo da política de Severo se acha nas palavras que ele endereçou a seus filhos em seu leito de morte: Enriqueça os soldados, e não dê nenhum olhar para o resto" (Celeuneer, 1874:153).*

Vê-se como a "decadência" do Império foi, assim, mais uma vez atribuída à política severiana. E esta concepção se manteve viva por intermédio de outras obras. No livro de Arther Ferrill, outra vez é a famosa frase de Dion Cássio que é usada para basear a afirmação de que, no período severiano, a proeminência total era dos militares e que estes garantiam a permanência dos soberanos no poder (Ferrill, 1989:28).

A mesma frase reaparece na argumentação de Eric Birley, na obra *The Roman Army*, junto com uma passagem de Herodiano, na qual este autor defende que Septímio foi o responsável pela corrupção do exército, devido ao aumento dos salários e dos donativos (Herodiano, III. 8.4). Birley conclui que a preponderância do elemento militar se deu porque Septímio procurou aumentar as atividades administrativas e econômicas dos soldados, buscando excluir os elementos senatoriais do poder (Birley, 1988:21-36). Esta é a mesma opinião apresentada por R. Bloch e J. Cousin, que defendem que a autoridade do Senado se tornou quase fictícia no período severiano e que o poder do exército tinha se tornado temível (Bloch; Cousin, 1967:249). São posturas que buscam explicar o poder que é dado à força militar pelo decréscimo do poder dos senadores.

Na obra de André Piganiol, o autor diz que Septímio Severo era um africano que não tinha nenhum patriotismo romano e que representou a vingança de Aníbal, ajudando a destruir o Império (Piganiol, 1949:396):

“Os Antoninos se mantiveram unidos à classe senatorial e consideraram os senadores seus delegados. Os Severos, ao contrário, insistiram sobre o caráter militar de seu poder” (Piganiol, 1949:399-400).

Interessante notar que esta concepção de Septímio como o responsável pela “Revanche de Anfbal” reaparece numa obra de 1989, de Joel Le Gall e Marcel Le Glay, *L'Empire Romain*, na qual Septímio aparece caracterizado como o imperador-soldado por excelência (Le Gall; Le Glay, 1989:556) e a famosa frase de Dion Cássio, dita por Septímio no leito de morte, é novamente utilizada para justificar esta caracterização (Le Gall; Le Glay, 1989:575).

Esta noção de monarquia militar reaparece também nas obras de F. Braudel. Na obra *Os Homens e a Herança no Mediterrâneo*, comenta-se que “a Monarquia Administrativa de Adriano (...) e a da dinastia militar dos Severos (...) preparam o caminho para a Monarquia do Baixo Império que se quer absoluta” (Braudel, 1988a:31). Já na obra *O Espaço e a História no Mediterrâneo*, afirma-se que “o novo poder, na realidade, repousa essencialmente sobre o apoio de um exército profissional e das “classes médias” itálicas” (Braudel, 1988b:102).

Emilio Gabba, em sua obra sobre o exército romano, defende que os vínculos severianos com o exército foram gerados por causa da necessidade de garantir os interesses sucessórios, ou seja, a política militar de Severo estava largamente dominada pelos interesses dinásticos, visando passar aos filhos o comando imperial. Como os senadores preferiam a adoção, ao estilo dos Antoninos, no momento da sucessão, Septímio teria se baseado na força das legiões para garantir o trono para seus filhos (Gabba, 1974:53).

Já para Michael Grant, deve-se entender a militarização severiana pela necessidade de se multiplicar as tropas na Península Itálica, pois Septímio entendia que “tudo dependia do exército”. Ele transformou o exército na mais atrativa carreira e criou uma nova aristocracia militar, no lugar da antiga aristocracia senatorial civil (Grant, 1974:258-259). Esta noção de aristocracia militar também aparece na obra *The Climax of Rome*, de 1968, na qual defende que o período severiano é o clímax do exército romano (Grant, 1997:35), mas ao longo do livro já se percebe a preocupação do autor em determinar outras fontes de poder para o imperador além do exército, citando inclusive a apropriação de alguns elementos de propaganda vindos dos Antoninos (Grant, 1997:91). Esta preocupação se manteve em sua obra *The Severans: The Changed Roman Empire*, publicada em 1996, na qual Grant, apesar de

continuar usando a conceituação de monarquia militar (Grant, 1996:34-38), também ressalta a importância das leis, das mulheres, da concepção de família e das obras públicas executadas pelos Severos (Grant, 1996:45-73).

Contudo, parece-nos imprescindível compreender melhor o real poder do exército no período severiano, principalmente no que concerne à ascensão, manutenção e legitimação dos soberanos no comando imperial, pois nenhum dos Imperadores desde Augusto deixou de buscar o apoio do segmento militar. Como ironizam Le Gall e Le Glay, Septímio devia seu trono ao exército, mas ele não era o primeiro! (Le Gall; Le Glay, 1989:556).

Desde Augusto, os imperadores não descuidaram de contar sempre com o apoio de um braço armado. Como coloca Le Roux, o apoio do Senado tornou-se complementar àquele dado pelas tropas, enquanto no passado era o contrário. Sabendo que tem ao seu lado o apoio dos soldados, que sempre podem optar por um novo líder/patrono, a partir das benesses que lhes são prometidas, o governante acabava procurando garantir também a simpatia de alguns senadores, de membros das elites provinciais e da plebe urbana de Roma (Le Roux, 1987:45).

Na obra *Histoire Romaine*, de Marcel Le Glay, Jean-Louis Voisin e Yann Le Bohec, os autores defendem que para se entender o período severiano não basta se estudar a força militar organizada pelos soberanos, mas também a propaganda realizada por eles, enfatizando que:

*“A Propaganda ? Moedas, panfletos, cópias das proclamações imperiais distribuídas aos soldados e ao povo, difusão das profecias e dos presságios não são coisas novas, mas elas foram utilizadas com uma intensidade jamais atingida”* (Le Glay; Voisin; Le Bohec, 1991:379).

Esta preocupação com outras formas de legitimação no cargo e de manutenção no poder, além da força militar, já havia aparecido anteriormente na obra de Aristide Calderini, *I Severi*. Neste livro, o autor analisa os fundamentos e a “essência” da autoridade imperial romana, e como eles foram se modificando a partir dos Antoninos. Para ele, há fundamentos jurídicos, políticos e humanos a serem analisados. Os fundamentos humanos teriam sido representados, principalmente, pelo apoio dado pelos soldados (Calderini, s.d.:259), mas também garante espaço no livro para analisar as cerimônias, roupas, construções, festas, entre outros aspectos responsáveis pela manutenção do poder imperial.

Esta posição também foi adotada por Anthony Birley, autor de uma das mais conhecidas e citadas biografias de Septímio Severo, intitulada *Septimius Severus: The African Emperor*. Além de estudar o poder dado aos soldados no governo de Septímio, ele também se preocupou em demonstrar como outros artifícios foram utilizados pelo mesmo para ascender e se manter no poder (Birley, 1971). Sendo assim, há novas posições historiográficas sobre os Severos que devem ser analisadas.

No que se refere ao conceito de monarquia militar, ou suas variações, como autocracia militar, ele se estrutura a partir de algumas variáveis que se repetem nas obras aqui citadas. Ou seja, os governos severianos podem ser denominados de monarquias militares porque apresentaram as seguintes características:

- 1) Os imperadores usaram os elementos militares para coibir o poder dos senadores (aumento do poder político dos soldados);
- 2) Os soldados se fortaleceram ao receber grande aumento nos soldos e vários donativos (aumento do poder econômico dos soldados);
- 3) Os imperadores se constituíram em grandes generais, se dedicando a vários empreendimentos bélicos (soldados ficaram mais próximos dos Imperadores);
- 4) O exército passou a ter o poder de fazer o imperador à revelia do Senado;
- 5) Os imperadores se apoiaram nos elementos militares para garantir a sua sucessão de forma hereditária;
- 6) Os soldados ganharam poder porque eles se tornaram cada vez mais necessários para a manutenção do Império territorial;
- 7) Os Severos se afastaram dos princípios que regiam a monarquia iluminada dos Antoninos, optando pelo apoio dos soldados;
- 8) Septímio teria se autoproclamado vingador de Pertinax para agradar exclusivamente o exército.

Estes são os oito principais argumentos arrolados pelos autores analisados para perceberem, nos primeiros governos severianos, um aumento da força dos exércitos e de sua preponderância sobre as outras forças sociais, transformando-se no principal apoio dos soberanos, que teriam, por isso, aberto mão de outras formas de legitimação.

Analisemos neste artigo estes argumentos, a partir de outros trabalhos, que questionaram estas posições, apresentando outras possibilidades para o estudo dos governos dos primeiros Severos.

Géza Alföldy defende que Septímio Severo de modo algum foi hostil ao Senado, devido à tradição familiar e à sua formação. Segundo este autor, Septímio teria tratado cruelmente somente alguns senadores que teriam apoiado abertamente seus inimigos, Pescênio Nigro e Clódio Albino, e teria apenas seguido uma tendência iniciada com Adriano de colocar eqüestres nos postos antes ocupados por senadores, visto que para a manutenção do império territorial e seu mais eficaz gerenciamento se fazia necessário criar órgãos estatais mais eficazes do que o Senado (Alföldy, 1989:179). Lembremo-nos de que o Senado se tornava, como vimos na Introdução, um órgão formado por aristocratas cada vez mais diversos e vindos de províncias cada vez mais distantes. Ao mesmo tempo em que esta tendência de absorver os aristocratas das regiões mais remotas auxiliava, na nossa opinião, na tentativa de gerar uma unidade imperial, tornava o trabalho decisório do Senado cada vez mais complicado. Esta concepção também aparece no texto *The Legion as a Society*, de Ramsay MacMullen, no qual o autor defende que as decisões dos soldados foram necessariamente determinando a sucessão imperial porque o Senado se transformava, por contraste com o exército, num órgão cujos integrantes se tornavam cada vez mais desunidos politicamente (MacMullen, 1984:456).

No livro *L'Empire Romain en Mutation, des Sévères a Constantin*, Jean-Michel Carrié e Aline Rousselle discutem, ao longo do primeiro capítulo, vários destes argumentos tradicionais e a qualificação de Septímio como um imperador militar e autocrata. Segundo estes autores, Septímio deveria ter sua imagem mais ligada ao direito, devido às suas destacáveis aptidões para o governo civil e para os princípios fundadores do direito romano, do que aos aspectos militares (Carrié; Rousselle, 1999:55). Sem dúvida, Septímio inaugurou uma longa série de governantes impostos ao Senado pelo exército, mas fez questão de ser legitimado pelo Senado quando entrou em Roma, tanto que correu com suas legiões para chegar a Roma e discursar diante dos senadores, antes que Pescênio Nigro o fizesse. Da mesma forma, fez questão que os filhos fossem aceitos como seus herdeiros pelos senadores (Carrié; Rousselle, 1999:73-75).

Carrié já havia defendido anteriormente esta posição, acrescentando que Pertinax, que passou para a História como um imperador vinculado ao

Senado, foi um comandante militar muito mais conhecido e admirado do que Septímio (Carrié, 1993:85).

Guido Barbieri nos oferece, em seu texto *Aspetti della Politica de Settimio Severo*, uma longa lista de homens novos que foram agraciados por *adlectiones* oferecidas por Septímio, com a intenção de conseguir ampliar sua base de apoio no Senado. Se Septímio só se importava com o apoio do exército, por que gastaria tanto dinheiro para aumentar o censo destes aristocratas e os alçar ao Senado através das *adlectiones*? Pela lista oferecida e analisada por Barbieri, podemos perceber que são, em sua maioria, equestres com longa carreira pública e vindos de todas as partes do Império (Barbieri, 1952:12-31). B. Forte comenta que durante os governos de Septímio e Caracala houve um aumento de 67% de senadores advindos de regiões gregas, tanto que ele defende que o fato de Caracala ter buscado se aproximar da imagem de Alexandre Magno acabou auxiliando-o a conseguir um certo apoio destes senadores de origem grega, como veremos no segundo capítulo (Forte, 1972: 465). Calderini, por sua vez, questiona se a adoção da imagem de “Vingador de Pertinax” por Septímio teria agradado mais ao exército, pois Pertinax havia sido um comandante conhecido, ou aos senadores, que o haviam indicado para o comando imperial (Calderini, s.d.:49), como vimos anteriormente no texto de Carrié. Portanto, são imagens que precisam ser mais bem analisadas.

Além disso, Carrié e Rousselle nos lembram que Septímio nunca foi um general de carreira e que ele vinha de uma família extremamente ligada ao Senado (Carrié; Rousselle, 1999:72). Outros pesquisadores já haviam indicado, anteriormente, esta situação de Septímio. Numa obra bastante citada, *Septimius Severus, Roman Bureaucrat*, Mason Hammond chama a atenção para a carreira civil de Septímio como *advocatus fisci*, *praefectus fabrum* e *legatus iuridicus* antes de ele ingressar na carreira militar, como comandante da quarta legião Cita, estacionada na Síria, devendo-se a isso a sua recorrente preocupação com as leis e o fato de estar sempre cercado de juristas (Hammond, 1940:137-173).

Além disso, ele vinha de uma família de homens que tinham ocupado altos cargos públicos. Vários autores analisaram estes parentes de Septímio, principalmente mediante estudos epigráficos. Dentre eles, destacamos Luca De Regibus (1946:129-144), G. M. Bersanetti (1946:26-43), T. D. Barnes (1967:100-125) e Cesare Letta (1991:650-653). Todos destacam a boa formação civil de Septímio e a sua aproximação com os elementos do Senado.

Deve-se também destacar que vários autores têm questionado a imagem de Septímio como um bom general na condução das tropas. Eles defendem que Septímio era melhor estrategista do que combatente. Como, por exemplo, Calderini, que comenta que as qualidades de Septímio eram muito mais civis do que militares, pois, analisando detidamente os relatos de Dion Cássio e de Herodiano, verifica-se que, apesar de estar presente nos campos de batalha, Septímio só esteve à frente das legiões na batalha de *Lugdunum* contra Clódio Albino, e com resultados bastante controversos. Nas outras operações bélicas, ele teria cedido o lugar à frente das legiões para os seus generais de confiança (Calderini, s.d.:495-496).

A. J. Graham, no texto *Septimius Severus and his Generals*, defende que Septímio estava sempre no comando, durante as guerras internas e externas, mas planejando estratégica e taticamente as operações e deixando a frente das legiões para os seus generais de confiança. Contudo, ao contrário de Calderini, conclui que Septímio esteve à frente das legiões em três ocasiões: na batalha de *Lugdunum*, contra Clódio Albino, em algumas batalhas da Segunda Guerra Pártica e na primeira batalha contra os Bretões. Apesar disto, termina seu texto afirmando que Septímio foi um grande organizador de vitórias, não apenas por seus sucessos como estrategista, mas principalmente sabendo escolher bem os seus subordinados, porém, jamais poderia ser considerado um grande comandante de campo (Graham, 1973:255-275).

J. B. Campbell ainda acrescenta:

*“Não há nenhuma razão para Severo ter tido qualquer inclinação pessoal para uma autocracia militar. Ele não era num sentido pleno um homem militar, pois teve maior treinamento nas leis, e chegou a governador da Panônia com menos experiência militar do que muitos outros governadores”* (Campbell, 1984:401).

*“Não existe nenhuma evidência real que suporte a idéia de que Severo deliberadamente degradou o Senado e ignorou todas as convenções da relação tradicional mantida entre Senado e Imperador”* (Campbell, 1984:404).

Eric Birley, no texto *Senators in the Emperor's Service*, demonstrou que apesar da incrementação da utilização de equestres, desde os Antoninos,

os Severos continuaram usando senadores em cargos importantes. Birley também lembra que Severo nunca serviu como tribuno militar e que, realmente, na Panônia teve o seu primeiro comando consular (Birley, 1988:89-91).

Esta mesma conclusão aparece no texto de J. Fitz, no qual ele comenta: "O sucesso de Septímio Severo nas guerras civis foi devido em grande parte aos seus generais, seus comandantes de exército, seus governadores e seus amigos" (Fitz, 1971: 425). Desta forma, nem para se ganhar uma guerra se podia contar apenas com o exército, quanto mais para se manter no poder. Isto nos ensina Anthony Birley, em seu artigo *The Coups d'Etat of the Year 193*, no qual ele apresenta todos os homens importantes, senadores, governadores, familiares de Septímio que o ajudaram a conquistar e manter o poder, dando uma certa ênfase para os de origem africana, como o próprio Imperador (Birley, 1969:247-280).

Como enfatiza J. B. Campbell:

*"Permanece curioso o fato de que Septímio Severo não celebrou nenhum triunfo em todo o seu governo. Ele recusou um triunfo votado pelo Senado em 195, e esta recusa pode ser explicada pelo argumento de que ele não queria receber um triunfo vindo de uma guerra civil. Mas é mais difícil explicar por que ele recusou um triunfo em 202, após o seu real sucesso na Guerra Pártica. A História Augusta sugere que um ataque de gota impediu o imperador de permanecer de pé na carruagem triunfal (HA, Vida de Severo. 16.7). Isto é plausível, pois seria embaraçoso para o Imperador participar de cerimônia tão digna sentado. As vitórias foram celebradas com distribuições de dinheiro e com sete dias de suntuosos jogos e espetáculos (Dion Cássio, LXXVII, 1.1)"* (Campbell, 1984:142).

Talvez se pudesse ajuntar a estes argumentos arrolados por Campbell o fato de que Septímio não teria estado realmente à frente de seus exércitos em ambas as ocasiões nas quais foi agraciado com um triunfo pelo Senado, e que mesmo tendo direito como *Imperator* à cerimônia, tenha preferido comemorar as vitórias por outros meios.

Outro argumento para a caracterização da monarquia militar, que tem sido bastante discutido, é o que se refere ao aumento dos soldos e à distribuição de donativos, como forma de conseguir o apoio irrestrito dos soldados. Quase todos os autores que usam este argumento se apóiam numa

passagem de Dion Cássio, na qual Caracala teria dito aos Pretorianos, após o assassinato de Geta: "Ninguém sobre a Terra pode ter mais dinheiro do que eu, e eu quero dá-lo todo para os soldados" (Dion Cássio, LXXVIII,20.2).

Mario Mazza afirma que:

*"Os privilégios concedidos por Septímio Severo, e pelos seus sucessores, aos soldados foram perfeitamente justificados pela situação econômica e, na realidade, não constituíram nada além de uma necessária adequação a uma situação anterior insustentável"* (Mazza, 1970:459).

Septímio e Caracala teriam tentado, com o aumento dos soldos, diminuir o impacto inflacionário sobre o *stipendium*, que ocorria desde o governo de Cômodo, e com isso tornar a carreira militar mais atraente e aumentar as inscrições nas legiões. Além disso, a possibilidade de casamento dada aos soldados, entre outros benefícios descritos nas fontes textuais, faria com que os filhos dos soldados se interessassem pela carreira paterna (Mazza, 1970:460). Para Mazza, as fontes senatoriais criticam tanto estes privilégios concedidos aos soldados porque eles permitiram que o exército deixasse de ser o braço armado das "classes dominantes" e se aproximassem mais do imperador (Mazza, 1970:462).

Yann Le Bohec, no seu livro, *L'Esercito Romano*, demonstra, mediante um exaustivo estudo das fontes textuais, epigráficas e numismáticas, e fazendo quadros comparativos com os governos anteriores e posteriores, que os Severos não gastaram tanto assim em soldos nem em donativos (Le Bohec, 1989:283-290). Mas talvez a mais importante conclusão sobre o assunto venha do texto de Elio Lo Cascio, onde demonstra que:

*"O Principado Severiano certamente assistiu a uma racionalização da organização interna do Império, tanto no plano administrativo e burocrático quanto no plano fiscal, graças principalmente à ação dos juristas"* (Lo Cascio, 1991:727).

A criação de novos impostos, de novas províncias e dos confiscos, que tanto desagradaram aos senadores, geraram uma situação de equilíbrio fiscal que permitiu a Septímio e Caracala darem os donativos e aumentarem os soldos, mantendo o erário equilibrado (Lo Cascio, 1991:728-729).

Essa mesma interpretação dos dados é fornecida por Richard Duncan-Jones, no livro *Money and Government in the Roman Empire*. Ele demonstra, por intermédio da confecção de vários quadros comparativos, tabelas e gráficos, que Caracala gastou muito mais dinheiro no término da construção das termas que levam seu nome do que com o aumento dado aos soldados, pois ele soube incrementar a entrada de dinheiro no tesouro pelo aumento das taxas e dos impostos (Duncan-Jones, 1998:16). Da mesma forma, Septímio e Caracala não gastaram tanto quanto se pensava em *donativa* para o exército e em *congiaria* para a plebe. Imperadores posteriores, como Heliogábalos e Severo Alexandre, gastaram muito mais (Duncan-Jones, 1998:41). Em termos de *congiarium*, os soberanos Severos distribuíram muito menos dinheiro que os Antoninos (Duncan-Jones, 1998:79), preferindo empregar o dinheiro em novas construções e na reconstrução de edifícios mais antigos.

Nesta tentativa severiana de aumentar o efetivo do exército, os Severos foram acusados de barbarizar os soldados por permitir o alistamento de homens vindos de regiões consideradas mais limítrofes do Império. Y. Dauge combate esta argumentação, defendendo que a multiplicação dos *numeri*, isto é, das unidades extra-romanas, foram fundamentais para a unidade do Império, visto que, pela primeira vez estes "semibárbaros" se sentiam realmente integrantes e participantes do Império, ao poderem se alistar nos corpos auxiliares, e este processo teve mais a ver com a necessidade de mais braços para lutar do que de aumentar a base de apoio do governante (Dauge, 1981:289). R. E. Smith comenta que as reformas militares de Septímio foram aplicações coerentes e respostas bem estruturadas às exigências do momento, e não simples medidas oportunistas para conquistar o favor das legiões e dos Pretorianos. As medidas faziam parte de um programa maior de revitalização do exército (Smith, 1972:482).

Quanto à questão da utilização do exército para garantir a sucessão imperial, Louis Harmand traz algumas sugestões interessantes para se repensar o problema. Segundo ele, deve-se apagar a tradicional distinção entre Severos e Antoninos, pela qual os primeiros defenderam a hereditariedade enquanto os segundos teriam defendido a adoção, como formas de sucessão. Os Antoninos só adotaram porque não tiveram filhos legítimos, tanto que quando foi possível, com Marco Aurélio, se optou novamente pela hereditariedade. Além disso, Septímio procurou, inicialmente, a adoção de Clódio Albino como César, para só depois indicar os seus dois filhos como sucessores (Harmand, 1960:21). Acrescente-se ainda que mesmo utili-

zando a adoção, os Antoninos não abriram mão do apoio do exército na escolha do próximo soberano, basta lembrar as indicações de generais famosos, como Trajano e Adriano. Os Antoninos também se preocuparam com o apoio das legiões aos seus indicados, além do apoio senatorial.

Carrié e Rousselle aproveitam para criticar mais dois argumentos usados para identificar a monarquia militar severiana. Aos que acreditam que Septímio pode ser considerado um militarista porque criou mais três legiões, aumentando o efetivo do exército, eles lembram que o filósofo Marco Aurélio tinha criado mais duas, durante o seu governo, e que esta era uma prática comum antes de se começar uma expedição de conquista; e aos que crêem que só aumento de soldo e donativos é suficiente para agradar os soldados, eles comentam que Septímio foi um dos maiores estimuladores da divulgação do culto imperial entre os soldados, estimulando a ideologia da Vitória, ligada a Roma e ao Imperador, a existência de estátuas nos acampamentos e as celebrações de datas comemorativas dedicadas a membros da *domus divina* (Carrié; Rousselle, 1999:73-75).

Devemos ainda comentar que a tal ruptura com o sistema dos Antoninos, que teria gerado a “decadência” do Império, segundo alguns autores já analisados, também tem sido criticada. Por exemplo, Drora Baharal, na sua tese de doutorado na Universidade de Israel, defendeu que até em termos estéticos, Septímio procurou manter a continuidade com os antecessores (Baharal, 1996), além da preocupação em reabilitar a figura de Cômodo, em se dizer filho de Marco Aurélio e em adotar o nome de Antonino para os filhos.

Assim, acreditamos que realmente os primeiros Severos procuraram apoio entre os militares, mas não foram os únicos a fazer isso, nem se apoiaram apenas nos soldados. As bases da associação do imperador com o exército foram firmemente estabelecidas por Augusto, e os imperadores subsequentes preservaram e reelaboraram estas idéias (Campbell, 1984:409). Septímio Severo não tentou deliberadamente se basear unicamente no militarismo. Como todos os imperadores, ele baseou sua posição num suporte militar, mas também reconheceu a necessidade de acomodar os desejos das aristocracias, romanas e provinciais (Campbell, 1984:411) e da plebe. Caracala aprofundou o conceito de imperador como *commilito*, isto é, como companheiro dos soldados, mas até Dion Cássio demonstrou que ele era capaz de ter um contato cortês e agradável com os senadores (Dion Cássio, LXXVIII. 8.4), quando isto poderia lhe garantir ganhos políticos. Campbell diz que com Caracala “o espírito, não a forma, do sistema imperial se modificou” (Campbell, 1984:422).

Para Calderini, durante os governos severianos, o exército se transformou num instrumento mais político (Calderini, s.d.:291), entre outros instrumentos adotados pelos soberanos, como o culto e a imagética imperial. Desde Augusto, o soberano deveria divulgar suas qualidades militares e civis, tendo sido ou não elevado ao trono por intermédio das tropas (Campbell, 1994: 181-182). Portanto, como defendeu Mason Hammond, Septímio poderia ter sido feito imperador pelos soldados, mas percebeu que, para continuar no poder e transmiti-lo aos filhos, precisaria da legitimação do Senado, já que ele ainda era a fonte reconhecida dos poderes imperiais (Hammond, 1956: 111 e 124). Pois, para os senadores, como Dion Cássio, "o poder do soberano depende não dos soldados, mas dos deuses" (Dion Cássio, LXXII, 10.4), e o auxílio divino era conquistado pela demonstração das boas virtudes. O imperador, assim, precisaria utilizar todos os meios disponíveis para permanecer vivo, ressaltando-se entre esses meios de legitimação a construção da imagética imperial e a sua divulgação, tão importante para a conquista e manutenção do poder de comando imperial quanto o sustentáculo dado pelo apoio do exército.

## Bibliografia

### 1. Fontes

- CASSIO DIONE. *Storia Romana*. Traduzione di Alessandro Stroppa. Milano: BUR, 1998.
- Dio's *Roman History*. English translation by Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961. v.9 (The Loeb Classical Library).
- Epitome de Caesaribus*. Traduction de M.N.A. Dubois. Paris: C.L.F. Panckoucke, 1846.
- ERODIANO. *Storia dell'Impero Romano dopo Marco Aurelio*. Testo e versione di Filippo Càssola. Firenze: Sansoni, 1967.
- EUTROPE. *Abrégé de l'Histoire Romaine*. Traduction et introduction par Maurice Rat. Paris: Garnier, 1990.
- HERODIANO. *Historia del Imperio Romano después de Marco Aurélio*. Traducción y notas por Juan J. Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.
- HÉRODIEN. *Histoire de l'Empire Romain après Marc-Aurèle*. Traduit et commenté par Denis Roques. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

SEXTUS AURELIUS VICTOR. *Histoire des Césars*. Traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

*The Scriptores Historiae Augustae*. English translation by David Magie. London: William Heinemann, 1953. V. 1 e 2 (The Loeb Classical Library).

## 2. Obras Gerais

ALBERTINI, E. *L'Empire Romain*. Paris: Félix Alcan, 1938.

ALFOLDY, A. La Grande Crise du Monde Romain au III Siècle. *L'Antiquité Classique*. Bruxelles, 7:5-18, 1938.

ALFÖLDY, G. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

BAHARAL, D. *Victory of Propaganda*. Oxford: Tempus Reparatum, 1996.

BARBIERI, G. *L'Albo Senatorio da Settimio Severo a Carino*. Roma: A. Signorelli, 1951.

\_\_\_\_\_. Aspetti della Politica di Settimio Severo. *Epigraphica*. Milano, 14:3-48, 1952.

BARNES, T. D. The Family and Career of Septimius Severus. *Historia*. Wiesbaden, 16: 100-125, 1967.

BARSANETTI, G. Il Padre, la Madre e la Prima Moglie di Settimio Severo. *Athenaeum*. Pavia, 24(2):26-43, 1946.

BÉSNIER, M. *Histoire Romaine*. Paris: PUF, 1937. T. 4, v.1.

BIRLEY, A. *Septimius Severus: The African Emperor*. London: Eyre and Spottiswoode, 1971.

\_\_\_\_\_. *The Roman Army*. Amsterdam: J.C. Gieben, 1988.

\_\_\_\_\_. The Coups d'Etat of the Year 193. *Bonner Jahrbucher*. Bonn, 169:247-280, 1969.

BLOCH, R.; COUSIN, J. *Roma e seu Destino*. Lisboa: Cosmos, 1967.

BRAUDEL, F. *Os Homens e a Herança no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988A.

\_\_\_\_\_. *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988B.

CALDERINI, A. *I Severi*. Bologna: Livinio Capelli, s.d.

CAMPBELL, J. B. *The Emperor and the Roman Army*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

- CARRIÉ, J.-M. *Eserciti e Strategie*. In: MOMIGLIANO, A.; SCHIAVONE, A. (dir.). *Storia di Roma*. Torino: Giulio Einaudi, 1993. V.3(1), pp.83-93.
- \_\_\_\_\_ ; ROUSSELLE, A. *L'Empire Romain em Mutation, des Sévères a Constantin*. Paris: Seuil, 1999.
- CELEUNEER, A. *Essai sur la Vie et le Règne de Septime Sévère*. Liège: Université de Liège, 1874.
- CLEMENTE, G. *Guida alla Historia Romana*. Milano: Mondadori, 1977.
- DAUGE, Y. A. *Le Barbare*. Bruxelles: Latomus, 1981.
- DE MARTINO, F. *Storia della Costituzione Romana*. Napoli: Dott. Eugenio Jovene, 1974. v. 4, parte 1.
- \_\_\_\_\_. *Storia della Costituzione Romana*. Napoli: Dott. Eugenio Jovene, 1975. v. 4, parte 2.
- DE REGIBUS, L. *Contrasti Poliitici alla Corte di Lucio Settimio Severo*. *Athenaeum*. Pavia, 24(3-4):129-144,1946.
- DUDLEY, D. *Roman Society*. London: Penguin, 1991.
- DUNCAN-JONES, R. *Money and Government in the Roman Empire*. Cambridge: University Press, 1998.
- FERRILL, A. *A Queda do Império Romano: A Explicação Militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- FITZ, J. *The Policy of Septimius Severus in the Military Direction of the Civil War between 193 and 1297*. In: *Acta of the Fifth International Congress of Greek and Latin Epigraphy*. Oxford: Basil Blackwell, 1971, pp.425-429.
- FOURQUET de DORNE, C. *Le Césars Africains et Syriens et l'Anarchie Militaire*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1970.
- FORTE, B. *Rome and the Romans as the Greeks Saw Them*. Rome: American Academy in Rome, 1972.
- GABBA, E. *Per la Storia dell'Esercito Romano in Età Imperiale*. Bologna: Pátron, 1974.
- GAGÉ, J. *Les Classes Sociales dans l'Empire Romain*. Paris: Payot, 1964.
- GIBBON, E. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GRAHAM, A. J. *Septimius Severus and his Generals*. In: FOOT, M.R.D. (ed.). *War and Society*. London: Paul Elek, 1973.

- GRANT, M. *The Severans*. London: Routledge, 1996.
- \_\_\_\_\_. *The Army of the Caesars*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1974.
- \_\_\_\_\_. *The Climax of Rome*. London: Phoenix, 1997.
- \_\_\_\_\_. *The Antonines*. London: Routledge, 1998.
- HAMMOND, M. The Transmission of the Powers of the Roman Emperor from the Death of Nero in A.D. 68 to that of Alexander Severus in A.D. 235. *Memoirs of the American Academy in Rome*. Rome, 24: 118-128, 1956.
- \_\_\_\_\_. Septimius Severus, Roman Bureaucrat. *Harvard Studies in Classical Philology*. Cambridge, 51:63-133,1940.
- HARMAND, L. Le Monde Romain sous les Antonins et les Sévères. *L'Information Historique*. Paris,22(1):21-29,1960.
- LE BOHEC, Y. *L'Esercito Romano*. Roma: La Nuova Italia Scientifica. 1989.
- LE GALL, J.; LE GLAY, M. *L'Empire Romain*. Paris: PUF, 1989.
- LE GLAY, M.; VOISIN, J.-L.; LE BOHEC, Y. *Histoire Romaine*. Paris: PUF, 1991.
- LE ROUX, P. L'Empereur et l'Armée Romaine. *Revue des Études Latines*. Paris, 63: 42-49, 1987.
- LETTA, C. La Dinastia dei Severi. In: MOMIGLIANO, A. ; SCHIAVONE, A. (dir.). *storia di Roma*. Torino: Giulio Einaudi, 1991, v. 2(2), pp.639-683.
- \_\_\_\_\_. La Famiglia di Settimio Severo. *L'Africa Romana*. Sassari, 2:531-545,1986.
- LO CASCIO, E. Fra Equilibrio e Crisi. In: MOMIGLIANO, A. ; SCHIAVONE, A. (dir.). *storia di Roma*. Torino: Giulio Einaudi, 1991, v. 2(2), pp.701-731.
- MACMULLEN, R. The Legion as a Society. *Historia*. Wiesbaden, 33: 440-456, 1984.
- MAZZA, M. *Lotte Sociali e Restaurazione Autoritaria nel III Secolo d.C.* Catania: Università, 1970.
- MONTANELLI, I. *História de Roma*. Lisboa: Setenta, 2002.
- PETIT, P. *Histoire Générale de l'Empire Romain*. Paris: Seuil, 1974, v. 1, 2 e 3.
- PIGANIOL, A. *Histoire de Rome*. Paris: PUF, 1949.
- PLATNAUER, M. *The Life and Reign of the Emperor Lucius Septimius Severus*. Oxford: University Press, 1918.
- RÉMONDON, R. *La Crisis del Imperio Romano de Marco Anastasio a Anastasio*. Barcelona: Labor, 1967.

- ROSTOVTZEFF, M. *Historia Social y Económica del Imperio Romano*. Madrid: Espasa- Calpe, 1937, v. 2.
- SMITH, R. E. The Army Reforms of Septimius Severus. *Historia*. Wiesbaden, 21:481-500, 1972.
- VAN SICKLE, C. E. Changing Bases of the Roman Imperial Power in the Third Century A. D. *L'Antiquité Classique*. Bruxelles, 8:153-170, 1939.
- WALBANK, F. W. *La Pavorosa Revolución*. Madrid: Alianza, 1981.